

## **BRASIL: UMA NOVA NAÇÃO**

*Simone Patrocínio de Almeida<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo traça o perfil político brasileiro na chamada Nova República – a partir do fim do Regime Militar (1985). Levantando as particularidades políticas do cenário analisado, ressaltando as articulações políticas e evidenciando o comportamento do povo brasileiro. Pois é exatamente pela opressão do período anterior vivido que afloram, em todos os setores da sociedade brasileira, o desejo de dar início a uma nova fase do governo republicano no Brasil, com eleições diretas, além de uma nova constituição que contemplasse as aspirações de todos os cidadãos. O objetivo do trabalho é compreender o conceito de nação democrática construído no Brasil, a partir do movimento da nova república.

**Palavras-chave:** Política brasileira; Democracia; Sistema político.

**Abstract:** The present article draws the Brazilian political profile of New Republic – from the end of Military Regime (1985). Raising the specific policies of the analyzed scene, emphasizing the political articulations and evidencing the behavior of Brazilian people. Because, it is exactly by oppression of lived past moment that emerge, in all Brazilian society sectors, the will of beginning a new phase of Republican Government in Brazil, with direct elections, beyond a New Constitution that encompassed the aspirations of all citizens. The aim of this work is understand the concept of democratic nation built in Brazil, from the movement of New Republic.

**Keywords:** Brazilian politics, Democracy, Political system.

\*\*\*

### **O caminho democrático**

É fundamental, para compreender o período da Nova República, voltar o olhar para os anos de 1964 a 1985, quando o Brasil viveu sob um regime autoritário e militar. Foi a partir da opressão e dos limites de direitos que o Brasil reencontrou forças para iniciar uma caminhada rumo à soberania popular, e às conquistas das liberdades individuais de forma plena.

O movimento para livrar a nação da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia mostrou outro lado, após chegar ao poder mudando as instituições do Brasil, por meio de decretos e Atos Institucionais (AI). Essas medidas eram, em sua maioria, para reforçar o Poder Executivo e limitar as ações do Congresso. Essa conjuntura política se estendeu por cinco presidentes autoritários: com Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo. Durante as quase duas décadas o autoritarismo reprimiu a participação da sociedade na política brasileira, fez e desfez partidos políticos e manipulou a máquina pública.

Boris Fausto (1999) entende o início do processo de abertura política no governo de Geisel. E, segundo Fausto, isso aconteceu porque a oposição começou a dar claros sinais de vida independente. E esse processo de abertura política continua no governo Figueiredo. Pilgallo (2009) diz que tudo começou no final de 1979, quando os “estrategistas” do

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

congresso aprovaram a proposta do presidente João Figueiredo de extinguir a Arena, que era o partido aliado do governo, e o MDB, que era o partido de oposição. O motivo de acabar com os dois partidos era: a Arena já acumulava duas derrotas eleitorais (1974 e 1978); e o MDB ocupava cada vez mais espaço.

Segundo Pilagallo (2009) o governo acreditava que abrindo o leque partidário desfragmentaria a força oposicionista. E isso se confirmou quando, em 1980, o MDB se dividiu e foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT). Então, o pluripartidarismo foi pensado para limitar a força da oposição e não para redemocratizar o país. Assim, se forma o quadro partidário que vai compor o cenário da campanha das Diretas Já. Com o Partido dos Trabalhadores (PT), que era uma novidade na política; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), antigo MDB com a nova nomenclatura; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Ivete Vargas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; o Partido Progressista (PP), que seria de centro direita; e o Partido Democrático Social (PDS), antigo Arena.

Esse novo quadro partidário deveria ter sido testado, como coloca Pilagallo (2009), em 1980, nas eleições municipais, mas o governo temia perder e aí adiou as eleições para 1982. Eles alegam que os novos partidos não estavam maduros para irem às urnas. Na verdade, havia toda uma situação desfavorável ao governo e eles não queriam correr o risco. Além da força política, o país estava mergulhado em profunda crise econômica. A situação tinha se complicado desde 1979, com o segundo choque do petróleo, que dobrou o preço do barril durante o ano.

O Brasil nos anos 1980 passou por um período recessivo que, combinado com a incontável inflação, corroía as condições de vida da população. Crise econômica e aspiração democrática, portanto, alimentaram as ações de apropriação das ruas e praças das cidades pela população brasileira” (Delgado, 2007:417)

“O Brasil sofreu duplamente: teve as contas externas desequilibradas e foi afetado pela recessão mundial provocada pela alta dos juros nos EUA, que assim enfrentavam a inflação resultante da alta no preço do petróleo. Em 1981, o PIB encolheu mais de 3%, com inflação na casa dos três dígitos. (Pilagallo, 2009:15)

Priore e Venâncio (2010) lembram que após décadas de crescimento elevado ou moderado, a industrialização amargou uma crise sem precedentes. A participação popular no processo de abertura, de certa maneira, reflete um descontentamento coletivo diante dos rumos da sociedade brasileira.

O congresso dominado pelo PDS (antiga Arena), não satisfeito com o adiamento das eleições, ainda procurou outras formas de fragilizar a oposição. Para começar, vereadores e prefeitos (a maioria do PDS) ganharam extensão do mandato. Os governadores, depois de 20 anos, seriam eleitos por voto direto. Foram proibidas as coligações e introduziram o voto vinculado, ou seja, era necessário votar em candidatos do mesmo partido. Passou-se a exigir que o eleitor escrevesse o número do candidato e o nome, isso para aproveitar os eleitores de baixa escolaridade e conseguir anulação de votos.

Com as novas regras, Tancredo Neves reconheceu que o PP não teria chances nas urnas e dissolveu o partido e o incorporou ao PMDB. O governo logo agiu e conseguiu evitar

que a moda pegasse. O saldo nas eleições foi: o PDS venceu com folga no Senado e foi o mais votado na Câmara, mas não conseguiu a maioria absoluta. O PMDB conquistou nove governos estaduais e o PT formou uma bancada de oito deputados federais.

Lucília (2007) lembra que as greves do ABC Paulista atraíram o apoio dos movimentos de bairros das grandes cidades. E foram, justamente, esses movimentos que ampliaram o número de participantes na campanha das Diretas Já.

Mary Del Priore e Renato Venâncio (2010) dizem que se na primeira fase da ditadura a sociedade foi comandada quase que exclusivamente pelos quartéis, agora ela tinha a força das ruas. Então, o cenário de disputas partidárias, crise econômica e manifestações sindicais (greve no ABC), culminaram com a campanha das Diretas Já, que reuniu os principais partidos de oposição ao regime militar.

O quadro partidário do contexto era: O PMDB, de Ulisses Guimarães; o PDT, de Brizola; e o PT, de Luís Inácio Lula da Silva. Esses três partidos formaram o Comitê Nacional Partidário Pró-Diretas. Também colaboraram o PCB e o PCdoB, que na época estavam ilegais. Várias organizações da sociedade civil apoiaram a mobilização como: a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, além de sindicatos e associações profissionais.

Uma característica interessante, e talvez a mais importante do movimento, foi a despersonalização, ou seja, a campanha não era de um determinado partido ou político, mas de um grupo que buscava a redemocratização do país. E essa despersonalização ocorreu porque os grupos/partidos que estavam no comando da campanha não compartilhavam da mesma ideia ou compreensão da qual seria a melhor estratégia para conduzir a relação com o governo. Contudo, as divergências não comprometeram o movimento das Diretas Já.

Mesmo o PT com uma postura mais radical e eufórica e o PMDB, que defendia que o movimento deveria ser feito com cautela, negociações e longe de luta armada, pois a transição não estava garantida. Lucília (2007) traz, até como exemplo dessa postura do PMDB, o caso de um comício realizado em Belo Horizonte, em fevereiro de 1984. Tancredo pediu ao comandante do exército, responsável pela segurança do evento, que não colocasse a tropa de prontidão no dia do comício. Chegou a negociar com partidos comunistas para que eles não fizessem exposição de bandeiras que ostentassem o símbolo da foice e do martelo. Ou seja, eles não queriam incitar um embate com o exército.

Lucília (2007) afirma que o PT e o PMDB representam as visões extremas da campanha. O PT com uma posição revolucionária, de base socialista, e contrária à negociação. O PMDB com uma concepção liberal democrática. Para a autora, foi justamente essa diferença de visões que deu à campanha uma despersonalização. Essas diferenças não comprometeram a campanha. Nos palanques o objetivo maior da luta era sempre ressaltado: o retorno do estado democrático de direito ao Brasil.

Quem também levantou a bandeira pela campanha das Diretas Já foi a classe artística. Lucília (2007) coloca no texto que era comum ver artistas e escritores participando dos comícios e das passeatas.

Os palanques dos comícios também se transformaram em palcos animados pela voz de Osmar Santos, que viajou pelo Brasil de norte a sul e de leste a oeste. Passou a ser conhecido como locutor das Diretas. Também a voz de Fafá de Belém, que interpretou, em muitos comícios, o Hino Nacional e a composição Menestral das Alagoas, em homenagem a Teotônio Vilela, traduzia a esperança e o civismo (DELGADO, 2007:418)

Um ano depois do último embate nas urnas, em 1982, começou um movimento que acabou sendo abraçado pela sociedade civil. Dante de Oliveira (PMDB/MG) apresentou uma emenda constitucional propondo eleições diretas. O início da defesa da ideia passou despercebido. Segundo Pilagallo (2009) a história do movimento pela Diretas Já começou no dia 25 de janeiro de 1984, com um ato público na Praça da Sé, apoiado por milhares de pessoas que permaneceram durante 12 horas no local, apesar da chuva. Foi a primeira grande manifestação pelas Diretas Já.

No palanque, políticos de todos os partidos eram aplaudidos ao lado de sindicalistas, estudantes, intelectuais, artistas [...] Hinos, discursos contra o governo e muita camiseta amarela com os dizeres “EU QUERO VOTAR PRA PRESIDENTE (Pilagallo, 2009:19)

Estima-se que cerca de 5 milhões de pessoas tenham saído às ruas para apoiar o movimento. O governo, apesar de não ter reprimido a campanha, lembrou a sociedade de que o Brasil vivia sob uma ditadura militar. João Figueiredo deu ordens para que as manifestações fossem contidas e mantidas fora de Brasília.

Lucília (2007) diz que a vigília do dia 25 de abril demonstrou o anseio popular por transformações significativas na dinâmica da vida política brasileira. Para ela, as Diretas foi o maior movimento cívico co-popular da história republicana do Brasil. A autora apresenta um quadro na página 423 com 33 comícios registrados. As datas vão de 15 de junho de 1983 a 18 de abril de 1984, sendo que 31 comícios foram realizados de janeiro a abril de 1984. Os que mais reuniram pessoas foram: no Rio de Janeiro (10/04/84) – 1 milhão de pessoas –, e em São Paulo (06/04/84) – 1 milhão e meio de pessoas. Aqui em Vitória foram realizados dois – um no dia 21 de janeiro de 1984 e outro no dia 18 de abril de 1984. O primeiro reuniu 10 mil pessoas, e, o segundo agrupou 80 mil.

O governo, temendo as manifestações em Brasília, tomou medidas para evitar que manifestantes chegassem à capital. A segurança ficou sob a responsabilidade do general Newton Cruz, que usou de extremo rigor. Inclusive havia sido pensada uma “Marcha para Brasília”, mas o comando do exército alertou que não seria tolerada nenhuma manifestação.

Foi proibida a cobertura ao vivo da votação. A solução foi a população acompanhar por meio de boletins da imprensa. Lucília (2007) lembra que em muitos locais públicos foram afixados enormes placares, onde ficou registrado o voto de cada um dos deputados.

No dia 25 de abril de 1984, Lucília (2007) descreve em seu texto, que as galerias da Câmara dos Deputados foram tomadas por centenas de pessoas.

Choros, semblantes fechados, silêncios e diferentes manifestações de indignação e de decepção foram ouvidos e vistos na madrugada do dia 26 de abril. Eram expressões do sentimento de muitos parlamentares no próprio plenário da Câmara Federal e de populares que assistiram à sessão parlamentar nas galerias daquela casa (Delgado, 2007:412)

Para Lucília (2007), eram manifestações dos cidadãos brasileiros, que em diferentes pontos do país, como bares, botequins, residências e praças públicas, procuravam acompanhar, por meio de boletins da imprensa, a votação da emenda. Depois de 16 horas e 60 discursos a emenda foi rejeitada.

A decepção finalizou a maior festa cívica do Brasil. Foram 298 votos a favor, 66 contra, 113 deputados ausentes, três abstenções. Faltaram 22 votos para que a emenda fosse aprovada, pois não teve quórum de 2/3 da Câmara. A emenda foi rejeitada, mas os políticos brasileiros não podiam ignorar o recado da sociedade.

A Emenda Constitucional Dante de Oliveira não foi aprovada no dia 25 de abril de 1984, mas isso não significou um ponto final no processo de redemocratização no Brasil. A campanha pelas Diretas Já terminou, mas continuaram iniciativas por um estado democrático. E essas iniciativas eram legitimadas pelas vozes de milhões de brasileiros que tomaram as ruas e espaços públicos para manifestar desejos de uma democracia política.

A população brasileira se apropriou da causa e por isso os estadistas perceberam que não era possível fugir da redemocratização. Lucília (2007) diz que a festa na política só estava no início. Mais tarde o Brasil conquista não apenas a eleição direta para presidente, como uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 1986 foram eleitos parlamentares com a atribuição de redigir e votar uma nova constituição para o país. E, em 1989, é realizada a primeira eleição direta para presidência da República, depois da ditadura militar.

Sem as eleições diretas para presidente, o Brasil foi às urnas escolher o sucessor de João Figueiredo e elegeu Tancredo Neves PMDB), um civil dando mais esperança ao Brasil. Seu vice, José Sarney (PFL), não era bem visto pelo PMDB.

No entanto, a alegria não durou muito tempo. Tancredo, já com 70 anos e uma saúde frágil, morreu antes de assumir o cargo. Entendendo que Sarney (PFL) era herdeiro político da ditadura, levanta-se uma questão: assumiria Ulisses Guimarães, líder do PMDB, ou José Sarney, vice-presidente? Mas prevaleceu a determinação legal que garantia a posse ao vice.

Priore e Venâncio (2010) colocam que apesar da imprensa registrar inúmeros casos de corrupção e nepotismo, o governo de Sarney é marcado por avanços democráticos significativos. O mais importante, para os autores, é a convocação de uma constituinte. A eleição foi disputada pelo PMDB e PFL, contra Paulo Maluf do PDS.

Lucília (2007) não concorda com a crítica à década de 80, predominantemente econômica, que diz que os anos 1980 foi uma década perdida. Isso, para a autora, seria desconsiderar que, entre 1978 e 1988, houve um considerável crescimento das organizações populares e a reconquista da democracia no Brasil. Ela entende a década de 1980 como um período de pressão pela redemocratização do país. Ela destaca os seguintes acontecimentos: retorno do pluripartidarismo; eleições diretas para governadores de estado; campanhas pelas Diretas; eleição, pela via indireta, de um presidente civil após 15 anos de gerais; eleição de

uma Assembleia Nacional Constituinte; promulgação de uma nova constituição; e eleições diretas para presidente da República.

Dessa forma, todos os acontecimentos da década de 80 tinham como propósito único a redemocratização do Brasil e a construção de instrumentos efetivos que pudessem sustentar a permanência da ordem democrática. Por isso, Lucilia (2007) não concorda com a afirmação de que a década de 80 foi perdida.

### **A volta da democracia**

Com o fim do regime militar a sociedade brasileira voltou a viver a democracia. O povo passou a reconhecer seu poder como eleitorado e como cidadão. E apesar do governo José Sarney não romper totalmente com o passado militar, ele respeitou as liberdades públicas. Os analfabetos passaram a fazer parte do eleitorado brasileiro e os partidos que estavam ilegais tiveram o seu direito democrático de volta. Sarney assumiu a presidência com uma situação econômica relativamente controlada que permitia a retomada do crescimento. Em compensação, o cenário político-partidário estava tumultuado.

Sarney, em 1986, anunciou o Plano Cruzado – uma grande tentativa de conter a inflação que estava incontrolável. A proposta era de uma moeda forte. O plano econômico conseguiu segurar a inflação e provocou uma verdadeira corrida ao consumo, exigindo do governo outra medida – o plano “cruzadinho”. E junto à luta de combater a inflação, o Brasil estava dando mais alguns passos rumo a um regime democrático de fato.

Os senadores e deputados federais eleitos em 1986 chegaram à Brasília com a responsabilidade de elaborar uma nova Constituição. A presidência da Assembleia Nacional Constituinte ficou com o deputado Ulisses Guimarães (PMDB) e desde os primeiros movimentos a Constituinte se dividiu em dois grupos políticos. De um lado o grupo dos progressistas, composto por políticos de esquerda, e do outro, políticos da direita, sendo basicamente PFL, PDS, PL, PTB e vários do PMDB. Cada grupo com seu interesse em particular, o que dificultou a elaboração do documento. Superando todos os desafios políticos e interesses de grupos de latifundiários, a Constituição foi promulgada em 1988 e está em vigor até hoje.

Não se pode negar que a elaboração da Constituição foi, também, um grande passo democrático na vida política brasileira. E o povo, que acabara de sair da maior campanha democrática já vivida no país, estava consciente de que mais avanços poderíamos conseguir na política. E a concretização do sonho democrático veio com as eleições diretas em 1989, com a eleição de Fernando Collor de Melo. Com um estilo moderno e discurso moralizante, elabora um plano econômico peculiar para acabar com a inflação e que resulta em mais um fracasso. Em seguida, elabora mais dois planos paliativos, mas as denúncias de corrupção “afogam” o presidente.

A sociedade estava no auge da consciência democrática. Ela reconhecia, em si mesma, o poder de escolher o dirigente maior do país. Da mesma forma que elegeu Fernando Collor de Melo, o povo brasileiro foi para as ruas pedir seu *impeachment*, interrompendo o primeiro presidente eleito diretamente, depois de quase 30 anos.

Mais uma vez assume o vice, o mineiro Itamar Franco, que chega ao poder com a responsabilidade de completar o mandato de Collor. Começa sua atividade como presidente com escolhas pouco bem sucedidas para o ministério da Fazenda. E escolhe Fernando Henrique Cardoso, para a pasta da Economia, que elabora do Plano Real. O plano, após décadas de inflação, consegue reprimir a alta de preços. A partir daí, Fernando Henrique Cardoso passa a usar o sucesso do Plano Real para iniciar sua campanha rumo à presidência da República – dois mandatos consecutivos (1995 a 2002).

Em 2002 a população brasileira deixou nas urnas eleitorais mais um gesto de democracia. Elegeu Luís Inácio Lula da Silva, fechando um ciclo republicano de cerca de 100 anos. A transição democrática estava completa.

E para mostrar que o Brasil estava realmente iniciando uma nova etapa no processo democrático, Lula nomeou 12 ministros, dos 33 ministérios, que tinham militado em grupos marxistas clandestinos: Antonio Palocci (OSI), Agnelo Queiroz (PCdoB), Cristovam Buarque (AP), Dilma Rousseff (Polop, Colina, VAR-Palmares), José Dirceu (PCB, ALN, Molipo), Luiz Dulci (MEP), Luiz Gushiken (OSI), Marina Silva (PRC), Miguel Rossetto (ORM-DS), Nilmário Miranda (Polop, OCM-PO), Roberto Amaral (PCBR) e Tarso Genro (PRC). “Onze ministros tinham sido dirigentes sindicais, e Benedita da Silva, primeira ministra negra, tinha morado na favela, como Lula. Foi a maior mudança na origem política e social de um governo brasileiro” (AMARAL, 2011:130).

Durante dois mandatos (2003 a 2011) o Partido dos Trabalhadores (PT) mostrou seu projeto para o país. O Brasil investiu em política externa, se aproximando de países como a África e países da América Latina, e dedicou muito esforço aos programas de auxílio à população carente. O Plano Real, criado com Fernando Henrique Cardoso, foi administrado pelo PT e, pela primeira vez, o Brasil quitou as dívidas externas, passando a ser credor internacional, inclusive dos Estados Unidos. A popularidade de Lula garante ao PT a eleição de Dilma Rousseff, ministra chefe da Casa Civil do Brasil.

Amaral (2011) destaca que o nome de Dilma Rousseff, para disputar a Presidência da República, era forte – além da importante atuação no Ministério das Minas e Energia e na Casa Civil – pela sua trajetória de militância, já que Dilma havia somado à experiência de participar na fase final da ditadura militar, do movimento pela anistia e da reorganização dos partidos políticos legais.

Dilma e Carlos Araújo participaram da fundação do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola, o herdeiro do trabalhismo. Pelo PDT e, anos mais tarde, incorporada ao PT, Dilma foi secretária de Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre, presidenta da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e duas vezes secretária de Energia e chefe da Casa Civil do governo Lula – sempre a primeira mulher a assumir aquelas funções. Um currículo e tanto para quem se considerava sobrevivente da luta contra a ditadura – uma luta que ceifou companheiros em combates desiguais ou nas masmorras do regime (AMARAL, 2011:15)

Além das características profissionais e políticas de Dilma, os aspectos pessoais e os problemas de saúde da candidata do PT também vieram à tona durante a campanha eleitoral.

Aquele momento que o Brasil vivia era atípico. Pela primeira vez o país iria eleger um candidato, tanto pela trajetória política/profissional, quanto pela sua história de vida. Sem dúvida o drama que Dilma vivia com o tratamento de câncer também foi um aspecto influenciador na construção de sua imagem. E a vitória nas urnas não era apenas uma realização de Lula e do PT, mas de uma classe que há décadas lutava por direitos de igualdade cidadã – o movimento feminista.

Embora hoje as mulheres estejam presentes na política com certa expressividade, são poucas as que exercem cargos políticos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a representação feminina na Câmara Federal, em 2002, não chegou a 10%. Em 2010 apenas duas mulheres foram eleitas governadoras, 1.249 conquistaram a Câmara Federal, 8 senadoras foram eleitas, e 135 mulheres estão ocupando cadeira nas Assembleias Legislativas. E não se pode ignorar a eleição da primeira mulher para a Presidência da República, o que demonstra que a luta por uma representação digna e igualitária não está parada. Mas é preciso reconhecer que a representação feminina na política ainda está muito longe de uma igualdade.

O que se pode compreender do perfil político brasileiro, a partir da Nova República, é que o país tem se antecipado aos grupos e classes sociais na determinação de nossa história. Os padrões de dominação dos períodos anteriores sempre foram absorvidos pela elite insurgente, havendo um acordo entre a velha e a nova elite, para tornar possível a convivência, mesmo que circunstancial, dos dois modelos sem a necessidade de destruição do antigo padrão de dominação. Sem dúvida, todo o processo de redemocratização que o Brasil passou, permitiu a formação de uma sociedade democrática com traços nacionais, mas que não pode se acomodar. Porque, quando se analisa os principais acontecimentos políticos de nossa história, desde a Independência do Brasil até a implantação da Nova República, vê-se uma constante: a conciliação entre os velhos donos do poder e os setores sociais emergentes sob a condução do bastão estatal, transformando pouca coisa para que tudo permaneça como está no poder. Conquistamos muito nas últimas décadas, mas ainda há muito mais para conquistar.

## **Referências**

### **Obras Completas**

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo, SP: Planeta, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.

PILAGALLO, Oscar. **A história do Brasil no século 20 (1900-1920)**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

### **Capítulos de obras**

CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem: a elite política imperial. In: **Teatro das Sombras: a política imperial**. 4ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008. p. 391-424.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”, In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil republicano**, vol. 1. O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.